

PROJECTO CURRICULAR: MUDANÇA DE PRÁTICAS OU OPORTUNIDADE PERDIDA?

José Carlos Morgado & Fernando Benjamim Martins
Universidade do Minho

Resumo

Com base nas opiniões de uma amostra representativa dos professores que, no ano escolar de 2004/2005, leccionaram em escolas oficiais do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico do distrito do Porto, procuramos ao longo deste texto problematizar a importância que consignam ao projecto curricular como elemento estruturante das suas práticas pedagógicas e como factor de melhoria do seu desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Projecto curricular; Práticas pedagógicas; Desenvolvimento profissional.

Introdução

Grande parte das recentes mudanças que, em Portugal, têm tentado imprimir-se a nível educativo procuram consubstanciar a construção de uma escola democrática e integradora, capaz de educar para a participação e a autonomia, de estimular a criatividade, de respeitar a diversidade e de compensar as diferenças sociais e culturais dos alunos. Tais propósitos repousam na reconstrução do currículo proposto a nível nacional, em função do contexto em que cada escola se insere, donde a importância de conceber, implementar e avaliar projectos curriculares de escola e de turma. Trata-se de uma tarefa difícil, a que não é alheia a necessidade de uma profunda mudança de atitude

por parte dos professores, aqui entendida como uma nova cultura profissional, sem a qual a escola continuará a perpetuar algumas rotinas e a atirar muitos alunos para o insucesso e o abandono.

Partindo de um projecto de investigação em fase de conclusão, centrado na mudança das práticas curriculares em escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico do distrito do Porto, de cujos resultados provisórios damos conta, averiguamos se, na opinião dos professores, as dinâmicas de construção, implementação e avaliação de projectos curriculares têm concorrido, ou não, para a mudança das suas práticas curriculares, com as consequências que isso pode acarretar em termos de desenvolvimento profissional e de melhoria das aprendizagens dos alunos.

1. Porquê construir projectos curriculares nas escolas?

Parece não gerar controvérsia a ideia de que as sociedades têm de fazer um esforço para conseguir “reconciliar” as pessoas com o tempo presente, isto é, para as munir de instrumentos e bases atitudinais adequadas à mudança constante e à intensa revolução científica e tecnológica com que se deparam, o que implica, entre outras medidas, que garantam o acesso universal ao conhecimento e uma forte aposta da educação na inovação. Só assim conseguiremos, como sublinha Hargreaves (2003, p. 23), construir escolas capazes de “Ensinar para a sociedade do conhecimento” e de “Educar para a criatividade, tornando-nos “culturalmente contemporâneos com a tecnologia e os conhecimentos disponíveis”.

Uma das tarefas mais importantes que hoje se consignam aos professores é a de conseguirem que os alunos desenvolvam capacidades autónomas de aprendizagem, preparando-os assim para uma *aprendizagem ao longo da vida*, um imperativo só exequível na base da integração de distintos campos de conhecimento e de experiências que lhes permitam uma compreensão mais profunda, mais reflexiva e mais crítica da realidade em que vivem.

Para além da indiscutível importância conferida à abordagem de determinados conteúdos culturais, torna-se imprescindível que os

estudantes dominem os processos necessários à obtenção de conhecimentos concretos, que compreendam como se elaboram e transformam, bem como os interesses e as dimensões éticas que subjazem a todo esse processo. Propiciar a cada indivíduo uma sólida formação de base e os meios de que necessita para poder entender, participar e modificar o mundo são, em nosso entender, duas das principais finalidades da escola do Século XXI. Um desafio que Michael Fullan (2004, p. 24) descreve da seguinte forma:

A escola pública é um agente primordial para o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos e das comunidades com o fim de conseguir um propósito moral mais elevado em condições de grande complexidade.

É nesse sentido que em Portugal, à semelhança do que acontece noutros países, se têm desencadeado uma série de reformas com o intuito de alterar a forma como se ensina e se aprende nas escolas, de melhorar a qualidade dos processos educativos que aí decorrem e de elevar os níveis de aproveitamento escolar dos alunos. Propósitos que para poderem concretizar-se dependem, essencialmente, das capacidades de adaptação dos professores a novos contextos de aprendizagem, de conferirem sentido às mudanças que lhes são propostas e de se envolverem activamente na melhoria do seu desenvolvimento profissional.

Assim se compreende que as actuais políticas educativas e curriculares realcem o papel do professor como elemento nuclear de todo o processo educativo, lhe confiem a contextualização, modelação e enriquecimento do currículo proposto a nível nacional e apelem a uma mobilização das estruturas locais, em especial das escolas, por forma a dinamizarem lógicas de inovação e de eficácia, que permitam responder aos desafios com que se deparam.

Na verdade, perante uma realidade educativa cada vez mais entendida como uma construção participada por vários actores sociais, têm vindo a conferir-se novos poderes à escola e a criar condições para a concepção, desenvolvimento e avaliação de projectos, assegurando margens de liberdade que permitam afirmar as especificidades dos diferentes contextos locais. A construção de projectos surge, assim,

como a possibilidade de em cada escola se definirem, colectivamente, uma série de prioridades e de linhas de acção que, com base nas propostas curriculares de âmbito nacional e na identificação de problemas, dificuldades e necessidades a nível local, permitam confinar a acção educativa a cada contexto específico. Daí a importância que a construção de projectos educativos e curriculares tem vindo a merecer tanto ao nível das agendas políticas para a educação, como da própria produção académica sobre a (re)organização da escola e a actividade dos professores.

Mas o que pretendemos dizer quando nos referimos a projecto curricular?

O projecto curricular tem sido conceptualizado como “um instrumento de renovação pedagógica da prática escolar, destinado a proporcionar ferramentas aos professores e uma visão diferente dos conteúdos em diversas áreas do currículo” (Gimeno, 1989, p. 14). Trata-se de um empreendimento materializado pelos professores com o objectivo de fixar critérios comuns sobre os seguintes aspectos: *o quê, quando, como, para quê ensinar?* e *o quê, quando, como e para quê avaliar?*

No essencial, a concepção de um projecto curricular é uma forma de mobilizar os docentes em torno de objectivos concretos de cada área de saber, entendidos como capacidades a desenvolver pelos estudantes, bem como da desocultação dos modelos metodológicos que devem presidir ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

2. Projecto curricular, autonomia da escola e mudança das práticas docentes

Qual a relação entre os projectos curriculares e a autonomia da escola?

Embora o conceito de autonomia da escola possa ser perspectivado em distintas vertentes – como, por exemplo, a direcção da escola, a própria organização escolar ou a criação e afectação de recursos –, é a nível curricular que os professores melhor podem usufruir

das competências que lhes estão consignadas, com reflexos evidentes nos processos de ensino-aprendizagem que se desencadeiam no interior da escola. É nesta ordem de ideias que faz sentido falar de autonomia curricular.

Sendo a autonomia curricular entendida como a capacidade dos professores tomarem decisões no processo de desenvolvimento curricular, tanto no que diz respeito à adaptação do currículo proposto a nível nacional às características e necessidades dos estudantes e às especificidades do meio em que a escola se insere, como no que se refere à definição de linhas de acção e à introdução de temáticas que julguem imprescindíveis para a sua plena formação (Morgado, 2003), a concepção, implementação e avaliação de um projecto curricular é uma via propícia para a consecução de tais propósitos.

Reconhece-se, assim, o *valor acrescentado* deste instrumento de decisão e deliberação curriculares ao nível de cada escola, característica que lhe advém tanto da possibilidade de gerar a reflexão e acção conjuntas em prol de uma cultura de colaboração, como do facto de incidir nas aprendizagens, nas estratégias de ensinar e aprender, na organização das actividades numa perspectiva integradora, na planificação aberta e flexível do currículo.

Projecto curricular e autonomia da escola são, pois, duas faces da mesma moeda, sendo tidos como eixos estruturantes na construção de uma nova cultura educativa, uma cultura democrática em que a escola é vista como um bem comum, só possível de edificar na base de uma autonomia colectiva.

No entanto, como temos vindo sucessivamente a defender (Morgado, 2000, 2003), a autonomia só se consubstanciará pela elaboração do projecto curricular, se tal projecto implicar uma efectiva mudança das práticas curriculares ao nível da escola, permitindo, assim, que o currículo se assuma como um veículo de integração social e um espaço de construção da liberdade e da cidadania.

Daí a importância deste projecto de investigação, através do qual procuramos averiguar se a construção de projectos curriculares nas escolas tem vindo, ou não, a viabilizar a assunção de posturas

autónomas ao nível da escola e a provocar mudanças nas práticas curriculares dos professores.

3. Metodologia

Os resultados que a seguir se apresentam fazem parte de um estudo de âmbito mais alargado, desenvolvido no distrito do Porto, e que envolveu professores que, no ano lectivo de 2004/2005, exerceram funções lectivas em escolas oficiais dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. A opção de situarmos o estudo apenas nestas escolas ficou a dever-se a dois motivos: em primeiro lugar, a limitação de índole temporal a que o projecto de investigação estava sujeito; em segundo lugar, o facto de julgarmos estar em presença de dois ciclos de ensino onde a dinâmica de construção de projectos e a reorganização interna das escolas têm sido aspectos marcantes.

A problemática em estudo compeliu-nos a formular algumas questões de investigação, das quais se salientam:

- a) Será que, face aos novos discursos da administração central e às reformas introduzidas no sistema educativo, os professores têm vindo a alterar as suas práticas curriculares?
- b) Que percepções têm os professores acerca da autonomia curricular?
- c) Que sentido(s) conferem à construção de projectos?
- d) Que repercussões trouxe para as escolas a concepção, implementação e avaliação de projectos curriculares?

3.1. Objectivos do estudo

Para nortear esta parte do processo de investigação delineámos os seguintes objectivos.

- 1) Conhecer as percepções dos professores relativamente à construção do projecto curriculares de escola (PCE) e do projecto curricular de turma (PCT);

- 2) Averiguar como é que conceptualizam a autonomia curricular;
- 3) Compreender se consideram o projecto curricular um instrumento de autonomia;
- 4) Verificar se, na opinião dos professores, a construção, realização e avaliação de projectos curriculares contribui para a mudança das práticas docentes.

3.2. Instrumento de recolha de dados

O *inquérito por questionário* foi a técnica privilegiada na recolha de dados, tendo utilizado um questionário que elaborámos especificamente para esse efeito. Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente.

O questionário estrutura-se em duas partes principais: uma com um conjunto de dados que nos permitissem caracterizar a amostra; outra destinada a conhecer as opiniões dos professores relativamente à temática em estudo. No que diz respeito à concepção e implementação de projectos curriculares, a parte direccionada ao conhecimento das opiniões dos professores continha um conjunto de questões estruturadas em torno das seguintes dimensões: projecto curricular (englobando aspectos direccionados para as representações que os docentes têm do PCE e do PCT e para a sua construção), autonomia do professor (com particular incidência no conceito de autonomia curricular) e mudança das práticas docentes.

4. População e amostra

Como referimos anteriormente, a população em estudo engloba os professores que, no ano transacto, leccionaram nos 2º e 3º ciclos do Ensino básico, num total de 10432. Sendo impossível abarcar a totalidade dos elementos da população, delimitámos uma amostra representativa¹ da mesma (*amostra aleatória simples*), cujo tamanho foi calculado em 370 indivíduos.

Dos 975 questionários enviados às escolas foram-nos devolvidos 506, correctamente preenchidos, cujos dados foram analisados e tratados estatisticamente.

A amostra produtora de dados apresenta as seguintes características: 76% dos inquiridos é do sexo feminino; o conjunto de docentes não é nem excessivamente novo nem demasiado idoso, uma vez que a maioria tem idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos; o grupo de professores em estudo é detentor de uma boa experiência profissional – 35% têm mais de 20anos de serviço, 41% entre 10 e 20 anos e apenas 23% menos de 10 anos de serviço – e a maioria pertence ao quadro – 78% ao Quadro de Nomeação Definitiva e 8% ao Quadro de Zona Pedagógica. Além disso, existe um equilíbrio entre os diferentes níveis de ensino em que os docentes exercem funções – 45% leccionam apenas turmas do 2º ciclo, 43% apenas turmas do 3º ciclo e 12% turmas dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico.

5. Apresentação e análise dos resultados

Para facilitar a apresentação e a análise dos resultados decidimos organizá-los de acordo com as três dimensões definidas na elaboração do questionário: (1) forma(s) como os professores idealizam os projectos curriculares; (2) projecto curricular e autonomia; e (3) projecto curricular e mudança das práticas.

Forma(s) como os professores idealizam os projectos curriculares

Sendo a realização do projecto curricular um meio de possibilitar, de forma clara e inequívoca, tanto o processo de desenvolvimento curricular centrado na escola, como o trabalho colaborativo entre os docentes que nele participam, pareceu-nos importante começar por averiguar se os *professores têm conhecimento do projecto curricular da escola* onde trabalham. Os resultados obtidos permitem-nos verificar que 80,4% dos docentes inquiridos afirma conhecer o projecto curricular da escola a que pertence, não deixando de ser significativa a percentagem de docentes (19,6%) que ainda o desconhece.

Questionados sobre a *participação na elaboração de projectos curriculares*, constata-se que uma percentagem significativa (89,9%) participou na construção de projectos curriculares, existindo contudo 10,1% de docentes que nunca o fizeram. Sendo uma participação que se verificou essencialmente ao nível da concepção dos projectos curriculares de turma e que ainda está muito abaixo do que seria desejável, não deixa de ser um bom prenúncio para as mudanças que urge imprimir no domínio educativo.

Relativamente à forma como percebem e/ou valorizam a construção de projectos curriculares, lançamos algumas questões acerca da importância destes instrumentos de trabalho na planificação do processo de ensino-aprendizagem, na adaptação do currículo nacional a cada contexto, na promoção da igualdade de oportunidades, na aquisição de competências transversais, na valorização dos saberes dos alunos e na diferenciação de itinerários de aprendizagem. Os resultados obtidos foram os seguintes:

- 78,5% dos docentes inquiridos afirma que a concepção do projecto curricular *facilita a planificação do processo de ensino-aprendizagem*;
- 79,1% enaltece a pertinência da construção e realização de tais projectos em termos de *adaptação do currículo nacional* aos alunos a que se destina;
- 76,8% considera que a construção de projectos curriculares é uma forma de *promover a igualdade de oportunidades educativas* entre os alunos;
- 84,5% dos professores afiança que a realização de projectos curriculares concorre para facilitar a *aquisição de competências transversais* pelos alunos;
- 70,1% assegura que os trabalhos de construção e implementação de projectos curriculares favorecem a *valorização dos saberes dos alunos*;
- 56,3% dos inquiridos defende que a existência de projecto curricular contribui para que os alunos possam seguir *itinerários diferenciados de aprendizagem*.

A análise dos resultados permite-nos constatar que a maioria dos professores afirma estar consciente dos valiosos contributos que a concepção e realização de projectos curriculares podem emprestar aos processos de ensino-aprendizagem, bem como dos benefícios que daí podem resultar para os alunos que frequentam as nossas escolas. Será que a posição exibida se situa mais ao nível do discurso dos docentes ou, pelo contrário, tais ideias têm interferido na forma como estruturam as suas práticas curriculares?

Uma outra nota digna de registo refere-se à dispersão de opiniões relativamente à possibilidade da construção e realização de projectos curriculares contribuir para que os alunos sigam itinerários diferenciados de aprendizagem. Uma situação que não surpreende uma vez que os docentes têm noção de quanto é difícil gerir percursos educativos distintos em função dos ritmos e das características dos alunos, sobretudo se tivermos em conta a carga horária a que estão obrigados e o número de alunos por turma.

Projecto curricular e autonomia

Partindo do princípio de que projecto e autonomia são dois conceitos indissociáveis, o segundo bloco de questões incide sobre alguns aspectos que podem interferir nas dinâmicas de construção dos projectos curriculares e, por consequência, numa das suas principais finalidades – a construção da autonomia curricular. Referimo-nos em concreto aos principais motivos que, na opinião dos docentes, sustentam a construção dos projectos curriculares, à forma como valorizam os exames nacionais e os programas que leccionam e ao papel que os manuais escolares podem desempenhar em todo esse processo.

Questionados sobre os *motivos que estão na base da concepção e implementação de projectos curriculares* na escola, os docentes assumem posições divergentes: cerca de metade dos inquiridos (48,9%) afirma que tal processo de destina apenas a dar cumprimento ao estipulado na lei para esse efeito², 34,4% manifesta opinião contrária e 16,7% não se pronuncia sobre o assunto. Em face de tais resultados, não é de estranhar que apenas 40,9% dos respondentes defenda que os

projectos curriculares só deviam ser elaborados se os professores lhes reconhecessem utilidade na estruturação e concretização dos processos de ensino-aprendizagem, posição de que discordam 48% dos inquiridos.

Um outro elemento que pode interferir com o desempenho curricular dos docentes e, por consequência, com a sua autonomia curricular são os manuais *escolares*. Não deixando de reconhecer o papel que podem assumir em termos de mediação curricular, a verdade é que, em situações de utilização excessiva, têm funcionado como autênticos “monopolizadores do processo educativo e como reprodutores de uma determinada visão de sociedade”, concorrendo assim para o efectivo controlo do currículo e para o aumento da desprofissionalização docente (Morgado, 2003, p. 204). Também neste domínio os professores inquiridos não exibiram uma posição clara, já que 66,3% considera que o manual escolar é um recurso fundamental na aprendizagem dos alunos e 55,0% revela que continua a ser um elemento crucial na planificação das actividades lectivas. Ora, se tivermos em conta que o manual escolar, ao interpretar e adequar o currículo nacional a um determinado aluno-tipo, consubstancia uma construção específica do conhecimento e funciona como uma *pré-elaboração* do currículo para o ensino na sala de aulas, facilmente se depreende que os professores que se limitam a seguir o manual relegam, a favor das editoras, competências que lhe estão consignadas, hipotecando assim a construção da sua autonomia curricular.

Por seu turno, a utilização dos manuais escolares não pode ser vista à margem de outros factores como a carga horária lectiva e não lectiva, a planificação das actividades lectivas, a preparação de aulas, as tarefas que tem atribuídas para além da docência, as reuniões e os próprios programas escolares, que podem dificultar as iniciativas pedagógicas dos professores e estimular o recurso a artefactos que facilitem a sua tarefa. Considerámos, por isso, importante colher a opinião dos docentes sobre os *programas disciplinares* que leccionam, tendo verificado que 66,1% dos inquiridos considera que os programas são demasiado extensos, sendo este um dos motivos que consideram dificultar o seu envolvimento em actividades pedagógicas que, por certo, concorreriam para a mudança das suas práticas.

Por último, decidimos ouvir a opinião dos professores sobre os exames nacionais, por serem um dos elementos que, directa ou indirectamente, mais interfere com o modelo de ensino-aprendizagem adoptado. Também a este nível a posição assumida revela alguma ambiguidade, uma vez que cerca de metade dos professores (46,6%) considera que a existência de exames nacionais é fundamental para o cumprimento dos programas. Trata-se de uma situação preocupante que denota, por parte de alguns professores, uma hipoteca da sua autonomia profissional, ancorada na necessidade de prescrições externas para o cumprimento de tarefas que são da sua estrita competência.

Projecto curricular e mudança das práticas

Como referimos na parte inicial deste texto, a concepção e implementação de projectos curriculares só faz sentido se provocar uma mudança das práticas docentes. Caso contrário, acabará por se circunscrever ao cumprimento de uma determinação legal, numa lógica essencialmente tecnicista de desenvolvimento curricular. Daí a importância de averiguarmos que mudanças a realização de projectos curriculares conseguiu desencadear, ou não, ao nível das práticas curriculares dos professores.

Para fazer essa análise decidimos questionar os professores sobre aspectos que, em nosso entender, podem ser reveladores de novas posturas face aos reptos que lhe têm vindo a ser lançados, tanto no que diz respeito ao modo como passaram a organizar as actividades lectivas, como do trabalho que desenvolvem com os seus pares e com os alunos.

Relativamente à forma como passaram a organizar as actividades lectivas, as posições assumidas são reveladoras de uma clara falta de unanimidade, nalguns casos até contraditórias:

- 48,2% dos docentes afiança que a implementação de projectos curriculares de turma não implicou alterações na *forma como organiza as suas aulas*, opinião de que discordam 41,6% dos respondentes;
- 44,5% dos inquiridos afirma que a construção de projectos curriculares de turma não estimulou o *recurso a novas*

metodologias de ensino, situação a que se opõem 44,1% dos docentes;

- 54,0% dos respondentes assegura não ter sentido necessidade de alterar a *forma como aborda os conteúdos* durante as aulas,
- 45,8% dos respondentes afirma que o processo de concepção e implementação de projectos curriculares de turma não conduziu à adopção de *modalidades de avaliação* diferentes das que utilizavam até então; contudo, 43,8% têm uma opinião diferente já que afirmam que após a construção de tais projectos sentiram necessidade de alterar a(s) forma(s) como avaliam os estudantes;
- 48,5% dos inquiridos afirma que os testes sumativos, realizados normalmente no final de cada unidade didáctica ou de cada período escolar, são fundamentais para uma correcta avaliação dos alunos.

Quanto ao trabalho realizado pelos docentes ao nível da escola, bem como no interior da sala de aulas, procurámos averiguar se a construção de projectos teria provocado alterações, tendo obtido os seguintes resultados:

- 62,9% dos professores inquiridos assegura que a construção de projectos curriculares implicou a adopção de *novas formas de actuação docente*, em particular ao nível dos processos de ensino-aprendizagem;
- 73,2% dos docentes em apreço afiança que a implementação de projectos curriculares na escola contribuiu para a *alterar rotinas* há muito instaladas;
- 64,6% dos respondentes considera que a construção de projectos propícia o desenvolvimento do *trabalho colaborativo* entre os docentes, sobretudo no seio de cada grupo disciplinar; tendo discordado dessa opinião apenas 17,9%;
- 75,2% revela que o *processo de desenvolvimento curricular* continua a ser um trabalho de índole essencialmente

individual; apenas 14,3% dos inquiridos manifesta opinião contrária;

- 48,9% dos professores afirma que, na sua escola, o projecto curricular de turma é elaborado quase exclusivamente pelo **director de turma**, existindo 42,4 % que assegura exactamente o contrário.

Os resultados que acabámos de analisar indiciam uma posição ambígua por parte dos professores, relativamente às mudanças que a construção de projectos imprimiu ao nível das suas práticas curriculares. Embora se reconheça que, nalguns casos, a realização de projectos curriculares possa ter conduzido a alterações na forma como os professores idealizam e operacionalizam os processos de ensino-aprendizagem, a verdade é que não podemos concluir, de forma inequívoca, que a construção de projectos curriculares impulsionou uma mudança “generalizada” das práticas pedagógicas.

Tal situação de indefinição torna-se ainda mais evidente quando tentamos descortinar os principais efeitos da construção de projectos no(s) modo(s) como os docentes interagem com os colegas ou com os alunos. Embora a maioria dos professores reconheçam que a construção dos projectos curriculares de turma contribui para alterar determinadas rotinas que se foram instalando no seio das escolas, assumindo mesmo que propiciam o trabalho colaborativo, a verdade é que, em simultâneo, afirmam que o processo de desenvolvimento curricular é uma tarefa que continua a realizar-se de forma isolada e que a concepção de projectos curriculares de turma tem sido, em muitos casos, realizada apenas pelos directores de turma.

Conclusões

O presente estudo permitiu analisar alguns aspectos associados à concepção e implementação de projectos curriculares nas escolas. Os resultados obtidos permitem-nos verificar, com relativa facilidade, que os professores mais predispostos para a mudança assimilam rapidamente os novos conceitos utilizados nos discursos oficiais e nos textos educativos mas, por contingências várias, não os (re)elaboram, nem utilizam, para transformar as suas práticas pedagógicas.

Por outro lado, embora os professores reconheçam que a construção de projectos curriculares é uma oportunidade de diálogo pedagógico no interior das escolas, uma possibilidade de reflexão e um espaço de decisão colectiva sobre os aspectos que configuram os processos de ensino-aprendizagem, em termos práticos, tal tarefa corresponde mais a uma imposição normativa do que a uma necessidade curricular sentida pelos professores. Tendo como referentes o currículo nacional, os planos curriculares e respectivas cargas horárias e as normas de distribuição de serviço docente estipuladas pelo Ministério da Educação, estamos em presença de um conceito de projecto curricular que tem concorrido mais para reforçar as decisões da administração central do que o protagonismo das escolas e dos professores.

O mesmo se passa relativamente aos conteúdos curriculares que são trabalhados nas aulas. A extensão dos programas disciplinares e a carga horária atribuída, afirmam os professores, dificultam o recurso a metodologias diferentes das que habitualmente utilizam e a introdução de temáticas que consideram úteis para o desenvolvimento dos estudantes, o que nos permite inferir que a definição dos conteúdos que a escola veicula, bem como os procedimentos, atitudes e valores que devem ser promovidos nas aulas, continuam na esfera de competências do Estado, perpetuando-se a tendência, já antiga, da administração central não abrir mão dos seus poderes de decisão e de controlo curriculares.

No que se refere à autonomia curricular, os professores também não assumem uma posição categórica. Veja-se, por exemplo, a forma como muitos deles valorizam os exames nacionais, relevando mesmo a sua utilidade no cumprimento dos programas, o que nos permite afirmar que os professores reclamam mais autonomia mas continuam a assumir posturas que hipotecam a sua construção, deixando na mão da administração decisões da sua esfera de competências profissionais.

No fundo, estamos em presença de uma autonomia que se concretiza mais como uma forma de implementar determinações da administração central do que como uma capacidade de tomar decisões curriculares cruciais para o desenvolvimento dos alunos. Ora, como

lembram Peter Woods *et al.* (2004, p. 24), esta incapacidade deliberativa, associada ao aumento de responsabilidades que têm sido consignadas aos professores, além de reduzir a qualidade do serviço, concorre para separar a concepção da execução das tarefas e contribui para que “os docentes dependam de conhecimentos e de destrezas de outros, reduzindo-os ao papel de técnicos”. Assim se compreende que muitos docentes continuam a funcionar numa lógica de meros *consumidores de currículo*, revelando mais apetências para aplicar inovações do que para concebê-las.

Em suma, o projecto curricular não tem sido um verdadeiro esteio de mudança das práticas curriculares nas escolas. Todavia, estamos convictos de que a última palavra será sempre dos professores. Da sua preparação e do seu empenho dependerá a renovação da escola e, por consequência, a concretização de uma educação mais justa e mais democrática.

Notas

- 1 Para delimitar o tamanho da amostra recorreremos à fórmula proposta por Bernstein (1965, p. 188) para a constituição de amostras em populações finitas.
- 2 No preâmbulo do Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, diploma que aprova a reorganização curricular do Ensino Básico, estabelece-se que, no quadro do desenvolvimento da autonomia da escola, “as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos”.

Referências bibliográficas

- BERNSTEIN, A. (1965). *A handbook of statistics solutions for the behavioral sciences*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- GIMENO, J. (1989). Projectos curriculares. Posibilidad al alcance de los profesores? *Cuadernos de Pedagogía*, 172, pp. 14-18.

- HARGREAVES, A. (2003). *O Ensino na Sociedade do Conhecimento. A educação na era da insegurança*. Porto: Porto Editora.
- MORGADO, J. (2000). O Currículo como veículo de integração social. *Revista Galega/Portuguesa de Psicología y Educación*, 4 (6), pp. 457-470.
- MORGADO, J. (2003). *Processos e práticas de (re)construção da autonomia curricular*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho (policopiado).
- WOODS, P.; JEFFREY, B.; TROMAN, G. e BOYLE, M. (2004). *La reestructuración de las escuelas. La respuesta de la escuela primaria al cambio social*. Madrid: Akal.

Abstract

Based on feedback from a representative sample of teachers who, in the 2004/2005 school year, taught in the 2nd and 3rd cycles of basic education in public schools, located in the district of Porto, the authors analyze the importance that teachers assign to the curricular project as a structural element of their pedagogical practices and as an improvement factor of their professional development.

Keywords: Curricular Project; Pedagogical Practices; Professional Development.

Recebido em Dezembro, 2007

Aceite para publicação em Maio, 2008

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para: José Carlos Morgado, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4700-057 Braga, Portugal.